

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019 EM COMPARAÇÃO COM O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório da Administração referente ao primeiro semestre de 2019 – acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

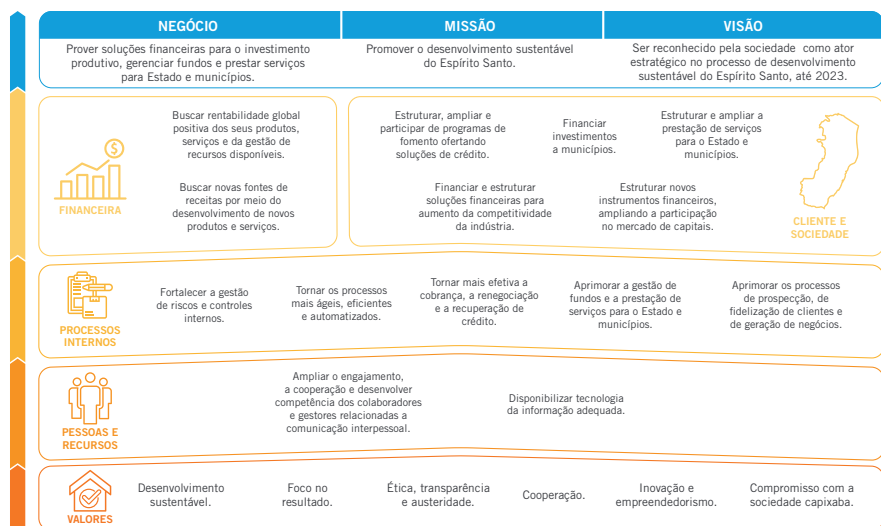
1. A Empresa

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. Em junho de 2019 concluiu processo de revisão do seu Plano Estratégico para o período 2019/2023, alinhado com as diretrizes do Plano Estratégico 2019/2022 do governo estadual.

O negócio do banco é prover soluções financeiras para o investimento produtivo, gerenciar fundos e prestar serviços para Estado e Municípios. Possui a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo. Em seu nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços do BANDES é ser reconhecido pela sociedade como o ator estratégico no processo de desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, até 2023.

IMAGEM 1: Mapa Estratégico – BANDES 2019-2023

Mapa Estratégico 2019 / 2023



O seu Plano Estratégico 2019-2023 contempla o amadurecimento das práticas de gestão, tendo como base o Modelo do *Balanced Scorecard* (BSC), composto por um Mapa Estratégico e um Painel de Indicadores de Desempenho, em que os objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e projetos estruturantes são insumos para o seu gerenciamento.

Esse novo Plano Estratégico serviu de base para uma reestruturação organizacional do banco. A principal mudança realizada foi a divisão da Diretoria de Crédito e Fomento (DICRE) em duas, em consonância com as boas práticas de governança e de gestão de riscos: Diretoria de Negócios (DIREN) e a Diretoria Operacional (DIROP). A principal atribuição da DIREN é prospecção comercial de clientes e aumento da capacidade de geração de negócios do banco. Já a principal atribuição da DIROP é análise de crédito, acompanhamento de projetos, gestão e operacionalização de fundos, programas e serviços prestados.

Essa reestruturação organizacional também busca permitir respostas mais ágeis aos novos desafios do desenvolvimento sustentável do Espírito Santo e não terá impacto relevante nas despesas da instituição, pois os custos adicionais foram compensados com a redução na quantidade de cargos e de unidades organizacionais.

2. Perspectiva Financeira

O Patrimônio Líquido foi de R\$ 406,3 milhões, redução de 11,6% em relação a junho de 2018 em função do impacto da reclassificação com maior percepção de risco nas operações renovadas em 2017 e 2018.

No primeiro semestre de 2019, o BANDES registrou prejuízo líquido de R\$ 20,8 milhões, decorrente da restrição da capacidade de pagamento de parte dos seus clientes. O crescimento da inadimplência elevou consideravelmente as provisões de crédito de liquidação duvidosa – PCLD, que atingiram R\$ 45,5 milhões neste 1º semestre. Para reverter esta situação, iniciou-se novos procedimentos visando a regularização de dívidas com a renegociação de contratos, representando R\$ 7,7 milhões em reversão de PCLD.

3. Perspectiva de Clientes e Sociedade

No primeiro semestre de 2019, o investimento total liberado foi de R\$ 307 milhões, compreendendo:

- R\$ 25,5 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 246,9 milhões em operações de crédito com risco de fundos, inclusive FUNDAP;
- R\$ 34,6 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados como Reflorestar e FUNCITEC.

A carteira de crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 942 milhões, retração de 10,9% em relação a junho de 2018, em função da aceleração de créditos inscritos em prejuízo.

Entre os programas conduzidos pelo BANDES, vale destacar a atuação do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES, no qual o BANDES é agente técnico e secretaria executiva. O INVEST-ES é um programa de incentivos fiscais a investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. Somente no primeiro semestre deste ano, foram enquadrados 17 projetos, representando investimentos da ordem de R\$ 150 milhões e projetando a geração de 1.407 empregos diretos. Destaque-se também a emissão de 13 laudos de constatação de investimentos em 09 municípios do Estado.

Na área ambiental, o destaque é o Programa Reflorestar, do Governo do Estado, com o objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, gerando oportunidades de renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos. O BANDES é agente técnico deste programa que no primeiro semestre teve celebrados 173 contratos de pagamentos por serviços ambientais, totalizando 639 hectares de área a ser preservada ou recuperada, e desembolsos de R\$ 7,6 milhões para 1.148 projetos.

4. Perspectiva de Processos Internos

Em relação à participação das atividades econômicas na Carteira de Crédito Total, merece destaque a redução contínua da participação da cultura de café: em junho de 2017 era de 45,6%, passando para 41,9%, em junho de 2018, e 40,2%, em junho de 2019.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 942 milhões, sendo composta por 74,8% de contratos classificados nos níveis de risco AA-C. Nesse período, houve a recuperação de R\$ 12,4 milhões de créditos inscritos em prejuízo. A inadimplência, acima de 90 dias, encerrou o semestre em 11,9% e o risco médio da Carteira, indicador que relaciona o saldo de provisão com a carteira de crédito, foi de 15,5%.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2019 com 170 colaboradores, 98,2% (167) desses com formação superior completa, dos quais 43,1% com pós-graduação.

O programa de qualidade de vida no trabalho “BANDES Viva Bem 2019”, durante o primeiro semestre, promoveu ações com foco na prevenção de doenças e no incentivo à prática de atividade física. Foram desenvolvidas ações sociais junto aos colaboradores com foco no desenvolvimento de Responsabilidade Social.

Em relação às ações para motivação e engajamento, pode ser registrado a apuração do Ciclo 2018 da Gestão de Desempenho com aplicação da meritocracia, com 112 colaboradores contemplados (74% do total de colaboradores que participaram desse Ciclo 2018).

6. Principais Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2018/1	2019/1	Variação %
OPERACIONAIS			
1. Valor liberado (R\$ mil)	283.962	307.005	8,1
2. Saldo de operações de crédito (R\$ mil)	1.058.240	942.906	(10,9)
3. Número de contratos ativos	35.796	36.682	2,5
4. Número de clientes ativos	24.489	23.332	(4,7)
FINANCEIROS			
1. Lucro líquido (R\$ mil)	(10.094)	(20.862)	(106,7)
2. Patrimônio líquido (R\$ mil)	459.647	406.267	(11,6)
3. Índice de inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da carteira) (%)	11,9	11,9	0,0
4. Despesa líquida de PCLD	(44.502)	(37.800)	(15,1)

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2019 E 30.06.2018 – EM REAIS MIL

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
CIRCULANTE	529.541	547.307	CIRCULANTE	329.846	310.606
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	841	641	DEPÓSITOS (Nota 13)	25.300	23.243
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3.d e 5)	226.993	225.115	Depósitos à Vista	7.701	8.661
Aplicações no Mercado Aberto	83.979	89.388	Depósitos a Prazo	17.599	14.582
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	143.014	135.727	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	204.449	207.841
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS (Notas 3.e, 6 e 26.j)	27.338	54.707	(Nota 14)	178.046	179.662
Carteira Própria	27.338	54.707	BNDES	9	21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3.f e 7)	224.917	246.624	FINAME	1.367	822
Operações de Crédito	266.466	271.346	FINEP	25.027	27.336
Setor Público	9.022	9.496	Outras Instituições	100.097	79.522
Setor Privado	257.444	261.850	Outras OBRIGAÇÕES (Nota 15)	5	26
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.f)	(41.549)	(24.722)	Cobranças e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	743	211
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	29.793	7.345	Sociais e Estatutárias	1.957	5.185
Rendas a Receber	829	634	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.a)	64.269	48.701
Créditos Específicos	-	-	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15.b)	33.123	25.399
Diversos	30.465	6.716	Diversas		
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.501)	(5)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	19.659	12.875	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	613.242	662.608
Outros Valores e Bens	22.814	14.926	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	461.978	551.709
(Provisão para Desvalorizações)	(3.223)	(2.123)	(Nota 14)	406.615	500.269
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 9.b)	68	72	BNDES	42	50
			FINAME	3.958	4.394
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	810.749	877.155	FINEP	51.363	46.996
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS (Notas 3.e, 6 e 26.j)	187.115	107.243	Outras Instituições	151.264	110.899
Carteira Própria	187.115	107.243	Outras OBRIGAÇÕES (Nota 15)	802	3.376
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3.f e 7)	565.152	715.434	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.a)	145.138	103.229
Operações de Crédito	670.173	783.805	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15.b)	5.324	4.294
Setor Público	36.886	44.213	Diversas		
Setor Privado	633.287	739.592			
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.f)	(105.021)	(68.371)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	406.267	459.648
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	58.480	54.476	Capital:		
Rendas a Receber	772	1.196	De Domiciliados no País	419.219	407.448
Créditos específicos	205	205	Reserva de Capital (Nota 16.b)	11.639	11.639
Diversos	57.572	54.565	Reservas de Lucros	43.294	64.732
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(69)	(1.490)	Lucros ou Prejuízos Acumulados	(53.808)	(10.094)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	2	2	(Ações em Tesouraria) (Nota 16.d)	(14.077)	(14.077)
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 9.b)	2	2			
PERMANENTE	9.065	8.400			
INVESTIMENTOS (Nota 10)	38	38			
Outros Investimentos	74	74			
(Provisão para Perdas)	(36)	(36)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	1.685	2.141			
Imóveis de Uso	4.056	4.056			
Outras Imobilizações de Uso	9.910	11.208			
(Depreciações Acumuladas)	(12.281)	(13.123)			
INTANGÍVEL (Notas 3.h.3 e 12)	7.342	6.221			
Ativos Intangíveis	50.603	48.855			
(Amortizações Acumuladas)	(43.261)	(42.634)			
TOTAL DO ATIVO	1.349.355	1.432.862	TOTAL DO PASSIVO	1.349.355	1.432.862

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2019 E 30.06.2018 – EM REAIS MIL

	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	58.427	59.414
Operações de Crédito	44.229	46.944
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14.198	12.470
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(49.540)	(54.549)
Operações de Captação no Mercado	(89)	(69)
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.651)	(9.978)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.800)	(44.502)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	8.887	4.865
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 26)	(24.053)	(19.720)
Receitas de Prestação de Serviços	5.243	5.845
Rendas de Tarifas Bancárias	831	1.258
Despesas de Pessoal	(20.140)	(18.303)
Outras Despesas Administrativas	(7.022)	(6.480)
Despesas Tributárias	(2.412)	(2.375)
Outras Receitas Operacionais	2.730	1.056
Outras Despesas Operacionais	(3.283)	(721)
RESULTADO OPERACIONAL	(15.166)	(14.855)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 26.h)	(763)	(135)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(15.929)	(14.990)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15.a.1 e a.2)	(4.933)	4.896
Provisão para Imposto de Renda	-	(3.022)
Provisão para Contribuição Social	-	(2.526)
Ativo Fiscal Diferido	(4.933)	10.444
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(20.862)	(10.094)
Lucro / Prejuízo por lote de mil Ações – R\$	(0,76)	(0,38)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2019 E 30.06.2018 – EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA			
SALDO EM 31.12.2017	407.448	-	11.639	5.191	59.443	-	(14.077)	469.644
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(10.094)	-	(10.094)
Reservas (Nota 16.b e 16.c)	-	-	-	-	98	-	-	98
SALDO EM 30.06.2018	407.448	-	11.639	5.191	59.541	(10.094)	(14.077)	459.648
Mutações do 1º Semestre/2018	-	-	-	-	98	(10.094)	-	(9.996)
SALDO EM 31.12.2017	407.448	-	11.639	5.191	59.443	-	(14.077)	469.644
Aumento de Capital	-	11.771	-	-	-	-	-	11.771
Dividendos / JSCP Prescritos	-	-	-	-	97	-	-	97
Reservas	-	-	-	-	(21.577)	21.577	-	-
Prejuízo Líquido do Período (Reapresentado)	-	-	-	-	-	(31.277)	-	(31.277)
DESTINAÇÕES:								
Reservas / Constituição	-	-	-	83	-	(83)	-	-
Dividendos / JSCP	-	-	-	-	-	(23.163)	-	(23.163)
SALDO EM 31.12.2018 (Reapresentado)	407.448	11.771	11.639	5.275	37.963	(32.946)	(14.077)	427.073
Mutações do Exercício/2018	-	11.771	-	83	(21.480)	(32.946)	-	(42.572)
SALDO EM 31.12.2018 (Reapresentado)	407.448	11.771	11.639	5.275	37.963	(32.946)	(14.077)	427.073
Aumento de Capital	11.771	(11.771)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/ JSCP Prescritos	-	-	-	-	56	-	-	56
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(20.862)	-	(20.862)
SALDO EM 30.06.2019	419.219	-	11.639	5.275	38.019	(53.808)	(14.077)	406.267
Mutações do 1º Semestre/2019	11.771	(11.771)	-	-	56	(20.862)	-	(20.806)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2019 E 30.06.2018 – EM REAIS MIL

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	(15.929)	(14.990)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(5.548)
Ativo Fiscal Diferido	(4.933)	10.444
Depreciações e Amortizações	642	549
Provisão para Perdas/Desvalorizações	2.244	152
Reversão de Provisões	-	(1)
Lucro / Prejuízo Líquido Ajustado	(17.976)	(9.394)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.583	35.601
Títulos e Valores Mobiliários	(18.471)	(944)
Operações de Crédito	108.600	58.874
Outros Créditos	(17.669)	(3.919)
Outros Valores e Bens	(40)	25
Outras Obrigações	(6.036)	(30.330)
Resultado de Exercícios Futuros	-	(1)
Depósitos	323	2.140
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(68.043)	(49.650)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.271	2.402
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Não de Uso próprio	1.920	2.434
Aquisição em Bens Não de Uso Próprio	(4.699)	(2.972)
Aplicação no Intangível	(638)	(1.222)
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.491)	(211)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(4.908)	(1.971)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	56	98
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	56	98
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	419	529
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do Período	422	112
Fim do Período	841	641
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	419	529

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EM REAIS MIL

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do primeiro semestre de 2019 em comparação com o primeiro semestre de 2018. Valores expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, sociedade anônima de capital fechado, é uma entidade de economia mista controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 21 de agosto de 2019.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do BANDES e de apresentação de suas demonstrações contábeis é o Real (R\$).

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo Banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

• Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

• Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

O valor de mercado é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os títulos e valores mobiliários do BANDES são classificados, em sua integralidade, na categoria “mantidos até o vencimento”. (Nota 6)

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

(i) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);

(ii) A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

<i>Período de Atraso</i>	<i>Classificação do Cliente</i>
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior à 180 dias	H

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que promoveu alteração na Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. São compostos, basicamente, por dispêndios com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 9.b)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

h.1) Investimentos - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)

h.2) Imobilizado - É representado por direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado está atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquido da respectiva depreciação, calculada pelo método linear, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*). No cálculo da depreciação são utilizados os seguintes percentuais:

<i>Especificação</i>	<i>Percentual Anual</i>
Imóveis de uso – edificações	8%
Sistema de transportes, proc. de dados e comunicação	20%
Demais itens	10%

Ganhos e perdas na alienação de ativos são reconhecidos em “Resultado não operacional”.

h.3) Intangível - São direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído por gastos com desenvolvimento de sistemas, amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

• Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.

• Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, contribuição social teve a alíquota alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornando para 15% a partir de janeiro de 2019.

k) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros são calculados pelas alíquotas vigentes na data das demonstrações contábeis, registrados na rubrica outros créditos em contrapartida ao resultado do período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período e terá seu valor reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

l) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base pro rata die) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata die).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

n) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos valores de recuperação.

No 1º semestre de 2019, assim como no 1º semestre de 2018, não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

o) Reapresentação de saldos comparativos

No decorrer do ano de 2018, a Instituição teve sua carteira de operações de crédito submetida à atividade de supervisão do Banco Central do Brasil. O escopo dos trabalhos abrangeu a classificação de risco de crédito das operações e a suficiência das correspondentes provisões reconhecidas contabilmente. Ao final do processo de supervisão, o DESUP/BACEN entendeu que os critérios de amortização significativa adotados pelas políticas e procedimentos do banco não estavam devidamente amparados pelo art. 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, impondo melhorias e recomendando o reconhecimento dos ajustes e a correção das inconsistências. Em resposta à argumentação na defesa da política adotada pelo banco, o DESUP/BACEN manteve o entendimento anteriormente firmado e reiterou a necessidade de alteração nos procedimentos de reclassificação das operações renegociadas com o estabelecimento de critérios mais rígidos, bem como os possíveis ajustes em decorrência dessas alterações.

Acatando as recomendações do DESUP/BACEN, a partir da proposição da Diretoria Executiva por meio do voto DIRAF nº 50/2019, o Conselho de Administração aprovou alterações na Seção I – Políticas de Crédito, do Capítulo III – Manual de Operação de Crédito, do Âmbito 1 – Políticas Corporativas do Código Bandes de *Compliance*, e determinou revisão das reclassificações das operações renegociadas. A execução da revisão percorreu as seguintes etapas: ajuste de critérios de revisão, reprocessamento da classificação de matrizes de risco, reprocessamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), e por último, a segregação dos valores da PCLD complementar das operações renegociadas nos exercícios de 2017 a 2018, com registro contábil no patrimônio líquido, com fundamento na Resolução CMN BACEN nº 4.007/2011, que recepcionou o Pronunciamento Contábil CPC 23, daquelas renegociadas a partir do exercício social de 2018, que tiveram o registro contábil da PCLD complementar lançado no resultado do período.

Em termos gerais, a Resolução determina a retificação de períodos anteriores para o período anterior mais antigo apresentado, bem como prevê hipóteses de limitação à reapresentação retrospectiva. O item 45 do CPC 23, que diz “Quando for impraticável determinar o efeito cumulativo, no início do período corrente, de erro em todos os períodos anteriores, a entidade deve retificar a informação comparativa para corrigir o erro prospectivamente a partir da data mais antiga praticável”.

Neste contexto, pelo fato de a presente demonstração reportar a comparação com o semestre do exercício anterior e que o reflexo no ajuste efetuado se deu em dezembro, o período mais antigo de reapresentação retrospectiva possível de ser atingido foi a data de término do exercício social de 2018. Assim, os quadros do balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstração dos fluxos de caixa não terão a denominação “reapresentado” grafada na coluna 2018 e os efeitos da referida reapresentação de saldos, que impactaram os saldos finais do exercício social completo de 2018, e que constituem os saldos iniciais da demonstração contábil desse 1º semestre de 2019, seguem apresentados adiante e serão reportados na demonstração anual apresentada ao final do exercício corrente.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 – EM REAIS MIL

	Original	Ajustes	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE	591.675	(6.667)	585.008
DISPONIBILIDADES	422	-	422
APLICAÇÕES INTERNANCEIRAS DE LIQUIDEZ	251.575	-	251.575
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	50.113	-	50.113
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	244.179	(14.482)	229.697
Operações de Crédito	266.877	-	266.877
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(22.698)	(14.482)	(37.180)
OUTROS CRÉDITOS	27.757	7.324	35.572
OUTROS VALORES E BENS	17.629	-	17.629
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	876.154	(26.279)	849.875
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	145.870	-	145.870
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	687.436	40.428	727.864
Operações de Crédito	750.797	-	750.797
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(63.361)	40.428	(22.933)
OUTROS CRÉDITOS	42.845	14.640	56.994
OUTROS VALORES E BENS	3	-	3
PERMANENTE	9.033	-	9.033
Total do Ativo	1.476.862	(32.946)	1.443.916

	Original	Ajustes	Reapresentado
PASSIVO			
CIRCULANTE	326.800	-	326.800
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	690.044	-	690.044
Resultado Exercícios Futuros	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	460.018	(32.946)	427.073
Capital social	407.448	-	407.448
Aumento de Capital	11.771	-	11.771
Reservas de Capital	11.639	-	11.639
Reservas de Lucros	43.237	-	43.237
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	(32.946)	(32.946)
(Ações em Tesouraria)	(14.077)	-	(14.077)
Total do Passivo	1.476.862	(32.946)	1.443.916

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 – EM REAIS MIL

	Original	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	127.184	-	127.184
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(97.073)	(54.910)	(151.983)
Operações de Captação no Mercado	(151)	-	(151)
Operações de Empréstimos e Repasses	(19.990)	-	(19.990)
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(76.932)	(54.910)	(131.842)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.111	(54.910)	(24.799)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(39.892)	-	(39.892)
Receitas de Prestação de Serviços	12.443	-	12.443
Rendas de Tarifas Bancárias	2.748	-	2.748
Despesas de Pessoal	(39.869)	-	(39.869)
Outras Despesas Administrativas	(13.474)	-	(13.474)
Despesas Tributárias	(5.408)	-	(5.408)
Outras Receitas Operacionais	4.974	-	4.974
Outras Despesas Operacionais	(1.306)	-	(1.306)
RESULTADO OPERACIONAL	(9.781)	(54.910)	(64.691)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(933)	-	(933)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(10.714)	(54.910)	(65.624)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.383	21.964	34.347
Provisão para Imposto de Renda	(5)	-	(5)
Provisão para Contribuição Social	(59)	-	(59)
Ativo Fiscal Diferido	12.447	21.964	34.411
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.669	(32.946)	(31.277)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 – EM REAIS MIL

	Original	Ajustes	Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	(10.714)	(54.910)	(65.624)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(64)	-	(64)
Ativo Fiscal Diferido	12.447	21.964	34.411
Depreciações e Amortizações	1.143	-	1.143
Provisão para Perdas/Desvalorizações	5.027	-	5.027
Reversão de Provisões	(1)	-	(1)
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	7.838	(32.946)	(25.108)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.141	-	9.141
Títulos e Valores Mobiliários	(34.976)	-	(34.976)
Operações de Crédito	89.317	32.946	122.263
Outros Créditos	(12.701)	-	(12.701)
Outros Valores e Bens	69	-	69
Outras Obrigações	36.646	-	36.646
Resultado de Exercícios Futuros	(1)	-	(1)
Depósitos	3.875	-	3.875
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(74.731)	-	(74.731)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.477	-	24.477
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(12.872)	-	(12.872)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	(11.295)	-	(11.295)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	310	-	310
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS			
Início do Período	112	-	112
Fim do Período	422	-	422
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	310	-	310

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2019	2018
Moeda nacional (caixa)	1	1
Moeda nacional (depósitos bancários)	840	640
Disponibilidades	841	641
Depósitos interfinanceiros *	143.014	135.727
Aplicações no mercado aberto*	83.979	89.388
Total	227.834	225.756

* Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

R\$ mil				
Prazo de vencimento				
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Depósitos interfinanceiros (1)				
Empresas ligadas (Banestes S/A)	495	-	-	495
Empresas não ligadas	48.000	63.363	31.156	142.519
Aplicações no mercado aberto (2)	83.979	-	-	83.979
Total 2019	132.474	63.363	31.156	226.993
Total 2018	141.164	83.951	-	225.115

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São classificados, em sua integralidade, na categoria mantidos até o vencimento. (Nota 3.e)

	R\$ mil			
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos Públicos – Brasil*				
Letras financeiras do tesouro	-	27.338	56.617	83.955
Letras do tesouro nacional	-	-	18.402	18.402
Notas financeiras do tesouro	-	-	66.115	66.115
Letras financeiras	-	-	43.900	43.900
FGI - Fundo Garantidor	-	-	100	100
Criatec 3 - FIP	-	-	1.981	1.981
Total 2019	-	27.338	187.115	214.453
Total 2018	25.257	29.450	107.243	161.950

*Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos	90.024	10	119.312	11
Financiamentos (incluem agroindustriais)	114.742	12	109.115	10
Financiamentos rurais	685.965	72	773.015	73
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	45.908	5	53.709	5
Subtotal	936.639	99	1.055.151	99
Outros créditos*	6.267	1	3.089	1
Total das operações de créditos	942.906	100	1.058.240	100

* Refere-se à rubrica de Devedores por Compras de Valores e Bens com característica de concessão de crédito. (Vide nota 8)

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	86.648	9	110.634	10
50 seguintes maiores devedores	93.428	10	97.939	9
100 seguintes maiores devedores	52.059	6	52.014	5
Demais devedores	710.771	75	797.653	76
Total das operações de crédito	942.906	100	1.058.240	100

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	37.735	4	38.013	4
A vencer	905.171	96	1.020.227	96
Até 3 meses	75.433	8	62.987	6
De 3 meses a 12 meses	155.178	16	171.095	16
Acima de 12 meses	674.560	72	786.145	74
Total das operações de crédito	942.906	100	1.058.240	100

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	896.998	95	1.006.332	95
Pessoa jurídica				
Rural	96.423	10	72.052	7
Indústria	54.066	5	65.613	6
Comércio	82.026	9	75.232	7
Outros serviços	63.298	7	97.171	8
Pessoa física				
Rural	601.185	64	713.457	67
Setor público	45.908	5	53.709	5
Administração direta municipal	45.908	5	53.709	5
Total das operações de crédito	942.906	100	1.058.240	100

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	2019				2018	
		Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	0	51.042	-	51.042	-	57.122	-
A	0,5	403.978	-	403.978	(2.021)	552.940	(2.765)
B	1	165.321	9.194	174.515	(1.746)	197.129	(1.971)
C	3	57.477	17.813	75.290	(2.259)	82.049	(2.461)
D	10	32.713	18.371	51.084	(5.168)	57.715	(5.827)
E	30	18.372	20.808	39.180	(12.026)	26.762	(8.108)
F	50	18.132	23.754	41.886	(21.418)	19.316	(9.785)
G	70	9.760	8.916	18.676	(13.583)	12.042	(8.614)
H	100	29.926	57.329	87.255	(88.446)	53.165	(53.584)
Total		786.721	156.185	942.906	(146.667)	1.058.240	(93.115)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldos iniciais	(86.151)	(76.189)
Constituições líquidas	(92.710)	(44.507)
Constituições	(93.984)	(54.671)
Reversões	1.274	10.164
Transferências para prejuízo	32.194	27.580
Saldos finais	(146.667)	(93.115)

Estão incluídos na movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, linha Constituições R\$ 5 (R\$ 5 em 30 de junho de 2018) e na linha Saldos Finais R\$ 96 (R\$ 22 em 30 de junho de 2018) referentes a rubrica “Devedores por compra de valores e bens”, com característica de concessão de crédito. (Nota 8)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	2019	2018
Renegociados	21.398	22.302
Lançados a prejuízo	32.194	27.580
Recuperados	12.364	14.973

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Rendas a receber (1)	1.601	1.830
Créditos específicos	205	205
Diversos		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 16.a.3)	67.808	48.774
Devedores por compra de valores e bens	6.267	3.089
Devedores por depósitos em garantia	4.988	4.670
Impostos e contribuições a compensar (2)	5.975	-
Impostos compensados pendentes de homologação (3)	-	2.183
Pagamentos a ressarcir (4)	2.303	1.646
Outros	696	919
Provisão para outros créditos (5)	(1.570)	(1.495)
Total	88.273	61.821
Circulante	29.793	7.345
Realizável a Longo Prazo	58.480	54.476

(1) Composição: Juros e encargos de mora, devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 54 (R\$ 88 em 30 de junho de 2018), Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equalização de juros R\$ 1.544 (R\$ 1.742 em 30 de junho de 2018), e Rendas a Receber Del Credere - BNB 3 (R\$ 0 em 30 de junho de 2018);
(2) Imposto de renda R\$ 3.656 e contribuição social R\$ 2.312 pagos por estimativa mensal no exercício de 2018 a compensar; PIS R\$ 1 e COFINS R\$ 6.
(3) Valores de imposto de renda e contribuição social pagos a maior nos exercícios sociais de 1997 a 2004, com compensação financeira já realizada, porém pendente homologação pela Receita Federal do Brasil, no total de R\$ 0 (R\$ 2.183 em 30 de junho de 2018). No segundo semestre de 2018, os valores foram baixados das contas patrimoniais do ativo e passivo (Nota 15.a.2) para adequação aos pronunciamentos contábeis atuais.
(4) Fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 (R\$ 1.269 em 30 de junho de 2018); Recomposição de saldo de operações com BNDES R\$ 734 (R\$ 0 em 30 de junho de 2018); Outros Pagamentos/Créditos a Ressarcir R\$ 300 (R\$ 377 em 30 de junho de 2018);
(5) Provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 96 (R\$ 22 em 30 de junho de 2018), Provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 (R\$ 1.269 em 30 de junho de 2018) e a Provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 (R\$ 205 em 30 de junho de 2018).

NOTA 9 - OUTROS VALORES E BENS

a) Outros valores e bens – Bens não de uso próprio

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	2019	2018
Imóveis não de uso próprio	22.810	2.843
Bens em regime especial	-	12.079
Máquinas e equipamentos	4	4
Bens não de uso	22.814	14.926
Provisão para desvalorização	(3.223)	(2.123)
Total	19.591	12.803

b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros, totalizando R\$ 70 mil (R\$ 74 mil em 30 de junho de 2018).

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Circulante	68	72
Realizável a longo prazo	2	2
Total	70	74

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado a valor de mercado, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Investimento por incentivos fiscais (1)	68	68
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para perdas (2)	(36)	(36)
Total	38	38

(1) Composição: R\$ 38 (R\$ 38 em 30 de junho de 2018) Certificados de Investimento - FINOR, R\$ 30 (R\$ 30 em 30 de junho de 2018) Certificados de Investimento – AUDIOVISUAL;
(2) O título Provisão para Perdas é composto de: R\$ 36 (36 em 30 de junho de 2018) relacionadas à Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR.

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	<i>Custo</i>	<i>Depreciação</i>	<i>R\$ mil</i> <i>Valor Líquido</i>	
			2019	2018
Terrenos	189	-	189	189
Edificações	3.867	(3.556)	311	388
Móveis e máquinas	2.719	(2.339)	380	411
Aparelhagens e sistema de comunicação	369	(303)	66	41
Equipamentos de informática	6.631	(5.921)	710	1.071
Sistema de segurança	191	(162)	29	41
Total	13.966	(12.281)	1.685	2.141

NOTA 12 - INTANGÍVEL

O Ativo Intangível está representado, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais. (Nota 3.h.3)

	<i>Custo</i>	<i>Amortização</i>	<i>R\$ mil</i> <i>Valor Líquido</i>	
			2019	2018
Aquisição de software	4.942	(4.134)	808	570
Modernização SISBANDES	43.971	(37.880)	6.091	5.258
BI – Consultas	46	(46)	-	-
Sistema de ponto eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de crédito eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	1.103	(686)	417	366
Aplicativo para celulares	33	(7)	26	27
Total	50.603	(43.261)	7.342	6.221

NOTA 13 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Compõem-se de “Depósitos à Vista” e “Depósitos a Prazo”, com prazo de vencimento de até 30 dias, originados, principalmente, de cauções de operações efetuadas com recursos FUNDAP.

	<i>R\$ mil</i>	
<i>Depósitos</i>	2019	2018
À vista	7.701	8.661
A prazo	17.599	14.582
Total	25.300	23.243

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

As “Obrigações por empréstimos e repasses” correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

	<i>R\$ mil</i>				
<i>Posições</i>	<i>Até 3 meses</i>	<i>De 3 a 12 meses</i>	<i>Até 12 meses</i>	<i>Acima de 12 meses</i>	<i>Total</i>
BNDES	65.634	112.412	178.046	406.615	584.661
Outras inst. oficiais	8.056	18.347	26.403	55.363	81.766
2019	73.690	130.759	204.449	461.978	666.427
2018	87.724	120.117	207.841	551.709	759.550

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Fiscais e previdenciárias (a)	2.759	8.561
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b)	209.407	151.930
Provisão para passivos contingentes (c)	6.139	3.796
Dotação para aumento de capital (d)	20.152	8.408
Provisão para pagamentos a efetuar	4.883	6.643
Credores diversos (e)	7.273	10.846
Sociais e estatutárias	743	211
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5	26
Total	251.361	190.421
Circulante	100.097	79.522
Exigível a longo prazo	151.264	110.899

a) Fiscais e previdenciárias

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Impostos e contribuições (1)	380	3.713
Impostos e contribuições sobre salários	861	837
Impostos com pedido de restituição (2)	-	2.183
Parcelamento de impostos (3)	1.239	1.614
Impostos e contribuições retidas na fonte (4)	279	214
Total	2.759	8.561
Circulante	1.957	5.185
Exigível a Longo Prazo	802	3.376

(1) PIS, COFINS e ISS mensal a recolher;
(2) Provisão do imposto de renda (R\$ 2.065) e contribuição social (R\$ 118) compensados em exercícios anteriores, baixados no exercício de 2018 devido ao desconhecimento do ativo subjacente;
(3) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014.
(4) Impostos retidos na fonte de terceiros.

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(15.929)	(14.990)
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	2.030	303
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.959	41.430
Perdas efetivas de créditos	(44.797)	(14.470)
Outros	234	290
Despesas não dedutíveis	66	65
Base de Cálculo	(25.737)	(12.628)
Imposto de renda	-	(3.022)
Contribuição social	-	(2.526)
Incentivos fiscais	-	123
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social*	-	(5.548)

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 15%.

A provisão para imposto de renda não foi constituída no presente semestre em virtude de a Instituição ter incorrido em prejuízo fiscal. Da mesma forma, a contribuição social não foi calculada em virtude de ter ocorrido no semestre, base de cálculo negativa da contribuição social.

a.2) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

	<i>R\$ mil</i>		
	<i>CSLL</i>	<i>IRPJ</i>	<i>Total</i>
Saldo em 30/06/2018	18.554	30.220	48.774
Valores constituídos	9.997	17.125	17.125
Valores baixados	(3.123)	(4.965)	(4.965)
Saldo em 30/06/2019	25.428	42.380	67.808

a.3) Composição dos créditos tributários

	<i>R\$ mil</i>			
	<i>Diferenças Temporárias</i>	Crédito Tributário		
		<i>CSLL</i>	<i>IRPJ</i>	<i>Total</i>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	163.410	24.511	40.853	65.364
Provisão para devedores por compra de valores e bens	45	7	11	18
Provisão de ações cíveis e trabalhistas	4.615	692	1.154	1.846
Provisão para indenizações trabalhistas PDI	1.450	218	362	580
Total em 30/06/2019	169.520	25.428	42.380	67.808
Total em 30/06/2018	120.881	18.554	30.220	48.774

a.4) Estimativa de realização dos créditos tributários reconhecidos

	<i>R\$ mil</i>		
	Crédito Tributário		
	<i>CSLL</i>	<i>IRPJ</i>	<i>Total</i>
2019	6.619	11.031	17.650
2020	9.609	16.015	25.624
2021	4.337	7.229	11.566
2022	1.947	3.244	5.191
2023	1.151	1.918	3.069
2024 a 2028	1.765	2.943	4.708
Saldo em 30/06/2019	25.428	42.380	67.808
Saldo em 30/06/2018	18.554	30.220	48.774

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas taxas médias de captação do BANDES.

a.5) Créditos tributários não reconhecidos

Em 30 de junho de 2019 não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 1.766 (R\$ 1.208 30 de junho de 2018). O registro será efetuado quando houver atendimento aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração, baseadas nas normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES têm registrados em contas patrimoniais R\$ 209.407 (R\$ 151.930 em 30 de junho de 2018).

	<i>R\$ mil</i>	
	<i>2019</i>	<i>2018</i>
FUNDAP	1.011	1.010
FUNDES	69.696	70.366
FUNDAPSOCIAL	2.363	2.363
FUNCITEC	34.051	14.060
FUNDÁGUA	32	10
PSA FUNDÁGUA	18.409	7.124
FUNDEPAR-ES	29.832	47.280
FUNDESUL	2.692	2.568
FUNDESUL PK	47.959	-
FUNDO RENOVA	5.725	6.569
FUNSAF	-	580
Total	209.407	151.930
Circulante	64.269	48.701
Exigível a longo prazo	145.138	103.229

c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

<i>Ações com Risco Provável</i>	<i>2019</i>	<i>2018</i>
Cíveis	1.930	1.915
Trabalhistas	2.747	1.881
Fiscais	1.462	-
Total	6.139	3.796

- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

<i>Ações com Risco Possível e Remoto</i>	<i>2019</i>	<i>2018</i>
Cíveis	32.016	50.695
Trabalhistas	1.090	1.057
Fiscais	24.493	26.755
Total	57.599	78.507

- Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	<i>Cíveis</i>	<i>Trabalhistas</i>	<i>Fiscais</i>	<i>Total</i>
Saldo em 01/01/2018	1.844	1.570	-	3.414
Atualização monetária / Constituições	75	311	-	386
Reversões / Pagamentos	(4)		-	(4)
Saldo em 30/06/2018	1.915	1.881	-	3.796
Saldo em 01/01/2019	1.377	2.082	-	3.459
Atualização Monetária / Constituições	1.084	665	1.462	3.211
Reversões / Pagamentos	(531)	-	-	(531)
Saldo em 30/06/2019	1.930	2.747	1.462	6139

d) Dotação para aumento de capital

A rubrica "Dotação para aumento de capital" registra R\$ 20.152 (R\$ 8.408 em 30 de junho de 2018) disponibilizados pelo acionista Estado do Espírito Santo, referentes a Juros Sobre Capital Próprio – JSCP do exercício social de 2018, quitados e retidos conforme determinação do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social do BANDES.

e) Credores diversos

Na composição da rubrica "Credores diversos" R\$ 7.273 (R\$ 10.846 em 30 de junho de 2018) destacam-se: R\$ 413 (R\$ 1.813 em 30 de junho de 2018) referentes deduções das liberações FUNDAP para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 e R\$ 3.232 (R\$ 1.977 em 30 de junho de 2018) referentes à recomposição de obrigações por refinanciamento de dívidas com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 500 milhões de reais para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 419.219.

Composição do capital social em quantidade de ações:

	<i>2019</i>	<i>2018</i>
<i>Ações Ordinárias</i>	18.257.516.094	17.783.878.147
- Estado do Espírito Santo	18.018.878.942	17.545.240.995
- Acionistas minoritários	238.637.152	238.637.152
<i>Ações Preferenciais</i>	9.032.288.736	8.844.531.687
<i>Classe "A"</i>	2.858.838.741	2.795.144.801
- Estado do Espírito Santo	2.200.073.131	2.136.379.191
- Demais acionistas	658.765.610	658.765.610
<i>Classe "B"</i>	6.173.449.995	6.049.386.886
- Estado do Espírito Santo	2.597.922.529	2.473.859.420
- Demais acionistas	3.575.527.466	3.575.527.466
Total de ações emitidas	27.289.804.830	26.628.409.834
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferenciais – classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	26.488.268.092	25.826.873.096

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe “A” direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe “B” têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

b) Reservas de capital

As Reservas de capital registram o montante de R\$ 11.639 (R\$ 11.639 em 30 de junho de 2018) provenientes de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, aprovada pela Resolução FUNDES nº 06/2016, de 26 de junho de 2016, realizada no 1º semestre de 2018. O investimento em incentivos fiscais representado por 4.465.723 cotas FUNDES registrado no subgrupo Investimentos do Ativo Permanente ao custo histórico total de R\$ 1.957 foi permutado com as 777.374.487 ações BANDES detidas pelo FUNDES. Na negociação, os instrumentos patrimoniais (ações e cotas) foram precificados pela idêntica importância total de R\$ 13.614.

c) Reservas de lucros

No semestre, R\$ 56 (R\$ 98 em 30 de junho de 2018), referentes dividendos/JSCP prescritos do exercício de 2015, foram incorporados à Reserva Estatutária, do grupo Reservas de Lucros do Patrimônio Líquido, conforme determinação do § 4º do artigo 53 do Estatuto Social.

NOTA 17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No semestre, foram apropriadas em despesas com o plano R\$ 759 (R\$ 733 em 30 de junho de 2018).

b) Programa de desligamento voluntário (PDV)

O programa de desligamento voluntário assegura dentre outros benefícios, o custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta e seis meses após o desligamento. A conta patrimonial provisão para indenizações trabalhistas diversas registra saldo de R\$ 1.450 (R\$ 3.403 em 30 de junho de 2018). No semestre, as despesas com benefícios por desligamento apropriadas no resultado totalizaram R\$ 57 (R\$ 58 em 30 de junho de 2018).

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na assembleia geral ordinária é fixada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme Estatuto Social. No primeiro semestre de 2019, as despesas com remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva totalizaram R\$ 919 (R\$ 734 em 30 de junho de 2018).

**NOTA 19 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS
FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

O total dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, atingiu 517.594 (R\$ 471.724 em 30 de junho de 2018).

Fundos Públicos	R\$ mil	
	Patrimônio Líquido	
	2019	2018
FUNDES	185.545	185.470
FUNDAP	116.201	120.320
FUNDAPSOCIAL	-	2.371
FUNDEPAR-ES	148.554	148.356
FUNDESUL	4.969	4.884
FUNDESUL PK	51.050	-
FUNDO RENOVA	11.275	10.323
TOTAL	517.594	471.724

**NOTA 20 - OPERAÇÕES DE FUNDOS
FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

Conforme estabelecido em normas específicas, o BANDES auferre receitas pela prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento e remunera as obrigações referentes aos recursos não alocados.

Fundos	R\$ mil			
	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2019	2018	2019	2018
FUNDES/ES (1)	1.951	2.805	1.432	1.686
FUNDAPSOCIAL (2)	-	-	-	53
FUNDEPAR-ES (3)	1.560	1.558	700	1.207
FUNCITEC (4)	-	-	1.057	359
FUNDAGUA (5)	-	-	1	-
PSA FUNDÁGUA (6)	679	793	490	266
FUNSAF (7)	-	1	8	1
FUNDESUL (8)	52	52	57	65
FUNDO RENOVA (9)	-	-	121	132
FUNDESUL PK (10)	354	-	1.085	-
TOTAL	4.596	5.209	4.951	3.769

Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. De Recursos
(1)	3% até dezembro/2018 e após esta data 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(2)	A taxa de Administração foi extinta a partir de 2016.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(3)	2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(4)	Recursos não remunerados.	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
(5)	3% sobre o ingresso de recurso no fundo	100% do rendimento diário do CDI.
(6)	10% sobre as liberações efetuadas no mês	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(7)	1% sobre as liberações efetuadas no mês.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(8)	2,1% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(9)	Não aplicável.	IPCA defasado de 02 (dois) meses.
(10)	1,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

**NOTA 21 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO
DO RISCO OPERACIONAL**

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI e Auditoria Interna – AUDIT. As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a autoavaliação dos riscos e controles internos.

**NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO
DO RISCO DE MERCADO**

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais – definido como perdas potenciais devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES classifica-se na categoria de “Títulos Mantidos até o Vencimento”, definidos como títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI e Auditoria Interna – AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (*Value at Risk*) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

**NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO
DO RISCO DE CRÉDITO**

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Comitê de Crédito – COCRE, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos. O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

**NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO
DO RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Gerência Financeira – GEFIN e Auditoria Interna – AUDIT. A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Gerência de Controladoria – GECON e Gerência de Planejamento e Processos – GEPLA.



A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

NOTA 26 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Ativos segurados (não auditados)
Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

b)Receitas de prestação de serviços
Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	R\$ mil	
	2019	2018
Rendas de prestações de serviços	475	526
FUNDAP	23	59
FUNDEPAR	1.560	1.558
FUNDES/ES	1.951	2.805
FUNDESUL	107	-
FUNDESUL PK	372	-
PSA FUNDÁGUA	679	793
Outras	76	104
Total	5.243	5.845

	R\$ mil	
	2019	2018
Honorários - Conselhos (Administração e Fiscal) e Diretoria	(988)	(800)
Benefícios	(3.902)	(3.432)
Encargos sociais	(4.585)	(4.118)
Proventos	(9.739)	(9.027)
Treinamento	(171)	(304)
Bolsa auxílio estágio	(755)	(622)
Total	(20.140)	(18.303)

	R\$ mil	
	2019	2018
Água, energia e gás	(410)	(359)
Aluguéis	(23)	(27)
Comunicações	(238)	(458)
Manutenção e conservação de bens	(587)	(650)
Material	(22)	(23)
Processamento de dados	(998)	(963)
Promoções/Relações públicas	(150)	(218)
Propaganda e publicidade	(1)	(101)
Publicações legais	(88)	(79)
Seguros	(3)	(3)
Serviços de vigilância	(163)	(160)
Serviços do Sistema Financeiro	(380)	(363)
Serviços de terceiros	(168)	(137)
Serviços técnicos especializados	(1.520)	(717)
Transportes	(77)	(66)
Viagem no país/externo	(197)	(226)
Despesas com processos judiciais	(759)	(854)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, treinamentos, etc.)	(597)	(527)
Amortização e depreciação	(641)	(549)
Total	(7.022)	(6.480)

	R\$ mil	
	2019	2018
IPTU, Taxas, ISSQN	(333)	(384)
Contribuição ao COFINS	(1.788)	(1.713)
Contribuição ao PIS/PASEP	(291)	(278)
Total	(2.412)	(2.375)

	R\$ mil	
	2019	2018
Recuperações de encargos e despesas	607	228
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV	1.238	375
Atualização monetária equalização juros BNDES/Pronaf	331	-
Atualização Selic s/ tributos a compensar	231	-
Atualização depósitos judiciais	91	107
Outras rendas operacionais	232	346
Total	2.730	1.056

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Roberto da Cunha Penedo – Presidente	Gustavo Lisboa Cruz
Maurício César Duque – Vice-Presidente	Valber Pinheiro Padilha
José Teófilo de Oliveira	Robson Luiz Avelino Pereira
Orlando Caliman	

DIRETORIA EXECUTIVA				
MAURÍCIO CÉZAR DUQUE	IRANILSON CASADO PONTES	MARIA EMÍLIA VIEIRA DA SILVA	LUIZ FERNANDO C. DE MELLO LEITÃO	
Diretor-Presidente	Diretor de Administração e Finanças	Diretora Operacional	Diretor de Negócios	

	R\$ mil	
	2019	2018
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.211)	(619)
Provisão para indenizações trabalhistas PDV	(57)	(58)
Outras despesas operacionais	(3)	(28)
Despesas com utilização SISBACEN	(12)	(16)
Total	(3.283)	(721)

	R\$ mil	
	2019	2018
Resultado na alienação de valores e bens	148	-
Reversão de provisões de outros valores e bens	-	2
Outras rendas não operacionais	229	162
Desvalorização de outros valores e bens	(789)	(160)
Perdas em ações e cotas*	(144)	(139)
Despesas com bens não de uso	(207)	-
Total	(763)	(135)

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 – FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em contas Finor (Nota 10).

i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)		
Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, em 30 de junho de 2019, foram apurados os seguintes valores:		
Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	38,75%	8,00%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	38,75%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	38,75%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

j) Operações com instrumentos derivativos
O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

k) Pagamento baseado em ações
O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

I) Pronunciamentos Técnicos do CPC		
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).		
CPC	Assunto	Resolução CMN nº
00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/2015

Com base na Resolução CMN nº 3.786/09 e nas Circulares BACEN nº 3.472/09 e 3.516/10, o BANDES esclarece que não possui a obrigatoriedade de elaborar e divulgar demonstrações contábeis no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, uma vez que tal obrigatoriedade abrange somente as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta, ou ainda, que estejam sujeitas à constituição de comitê de auditoria.

O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

COMITÊ DE AUDITORIA	CONSELHO FISCAL
Flavia Fardim Antunes Bringhamti	Ana Maria Carvalho Lauff
Kayo Alves Ribeiro	Dayse Maria Oslegher Lemos
	Jefferson Vargas Barbosa

CONTADOR
VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES
Vitória — ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 3, item “O”, no decorrer do ano de 2018, o BANDES teve sua carteira de operações de crédito submetida à atividade de supervisão do Banco Central do Brasil. O escopo dos trabalhos abrangeu a classificação de risco de crédito das operações e a suficiência das correspondentes provisões reconhecidas contabilmente. Ao final do processo de supervisão, o DESUP/BACEN entendeu que os critérios de amortização significativa adotados pelas políticas e procedimentos pelo BANDES não estavam devidamente amparados pelo art. 8º da Resolução 2.682/1999, impondo melhorias e recomendando o reconhecimento dos ajustes e a correção das inconsistências. Em resposta à argumentação na defesa da política adotada pelo BANDES, o DESUP/BACEN manteve o entendimento anteriormente firmado e reiterou a necessidade de alteração nos procedimentos de reclassificação das operações renegociadas com o estabelecimento de critérios mais rígidos, bem como os possíveis ajustes em decorrência dessas alterações.

Acatando as recomendações do DESUP/BACEN, a partir da proposição da Diretoria Executiva por meio do voto DIRAF nº 50/2019, o Conselho de Administração do BANDES aprovou alterações na Seção I – Políticas de Crédito, do Capítulo III – Manual de Operação de Crédito, do Âmbito 1 – Políticas Corporativas do Código Bandes de *Compliance* e determinou revisão das reclassificações das operações renegociadas, gerando um ajuste líquido na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no valor de R\$ 32.946 mil.

A execução da revisão percorreu as seguintes etapas: ajuste de critérios de revisão, reprocessamento da classificação de matrizes de risco, reprocessamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), e, por último, a segregação dos valores da PCLD complementar das operações renegociadas nos exercícios de 2017 e 2018, com registro contábil no patrimônio líquido, com fundamento na Resolução CMN BACEN nº 4.007/2011, que recepcionou o Pronunciamento Contábil CPC 23, daquelas renegociadas a partir do exercício social de 2018, que tiveram o registro contábil da PCLD complementar lançado no resultado do período.

Nesse contexto, pelo fato de a presente demonstração reportar a comparação com o semestre do exercício anterior e que o reflexo no ajuste efetuado se deu em dezembro, o período mais antigo de reapresentação retrospectiva possível de ser atingido foi a data de término do exercício social de 2018. Assim, os quadros do balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstração dos fluxos de caixa não terão a denominação “reapresentado” grafada na coluna 2018 e os efeitos da referida reapresentação de saldos, que impactaram os saldos finais do exercício social completo de 2018, e que constituem os saldos iniciais da demonstração contábil desse 1º semestre de 2019, seguem apresentados adiante e serão reportados na demonstração anual apresentada ao final do exercício corrente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do BANDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BANDES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BANDES.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BANDES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BANDES a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
 MACIEL AUDITORES S/S
 2 CRC RS 5.460/0 O “T” SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
 Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
 Sócio Responsável Técnico